

**HABEAS CORPUS Nº 501.675 - SP (2019/0090976-6)**

**RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE : LUCAS ALVES AZEVEDO PAZINI (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA)**  
**ADVOGADO : LUCAS ALVES AZEVEDO PAZINI - SP390662**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : JOSE MARCELO DA SILVA (PRESO)**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de JOSE MARCELO DA SILVA no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Agravado de Execução Penal n. 0010913-36.2018.8.26.0996).

Consta dos autos que o Juízo da execução deferiu ao paciente a progressão ao regime semiaberto, indeferindo, no entanto, o livramento condicional, tendo em vista os seguintes fundamentos (e-STJ fl. 71):

*O pedido de progressão de regime é procedente, não fazendo jus o sentenciado ao livramento condicional.*

*O requerente preenche o requisito objetivo, visto que já cumpriu parcela superior a um sexto (1/6) da pena no regime fechado, possuindo atualmente bom comportamento carcerário.*

*E mais. O exame criminológico (relatório psicossocial) realizado por determinação do Juízo aclara a viabilidade da progressão (fls. 191/201).*

*Nada obstante, deve o sentenciado passar primeiramente pelo regime intermediário, **como prova de que irá absorver a terapia penal, para, posteriormente, fazer jus a imediato livramento.***

*Assim, os elementos colhidos nos autos dão conta de que o reeducando preenche os requisitos objetivo e subjetivo, necessários para alcançar o regime menos rigoroso.*

*Diante do exposto, por ora, INDEFIRO o pedido de Livramento Condicional e PROMOVO o sentenciado ao regime SEMIABERTO, com fundamento no art. 112 da Lei de Execuções Penais. (Grifei.)*

O agravo em execução da defesa foi desprovido nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 84):

*AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL – Decisão que indeferiu o livramento condicional sob o argumento da necessária progressão prévia ao regime semiaberto – Acerto da decisão - Medida que visa*

No presente *writ*, o impetrante alega que o paciente preenche os requisitos objetivo e subjetivo para o livramento condicional, uma vez que cumpriu mais de 1/3 da pena privativa de liberdade, além de ostentar boa conduta carcerária. Sustenta que a concessão desse benefício constitui direito subjetivo do condenado, em função da inexistência de algum óbice para o seu deferimento. Pontua, inclusive, que o exame criminológico foi favorável aos benefícios pleiteados pela defesa.

Aduz que o fundamento utilizado pelas instâncias ordinárias para indeferir essa benesse é inidôneo, tendo em vista que *"a prisão não é um consultório de psicanálise e, não constituindo o cárcere uma 'terapia', é sabidamente um fator criminógeno que: 1) despersonaliza e coisifica o interno, mediante rituais degradantes diuturnamente impostos [...]; 2) impossibilita o desenvolvimento de atividades consideradas lícitas pelo sentenciado, bem como sua qualificação para o exercício de ocupação que proporcione uma vida com o mínimo de dignidade; 3) constitui isolamento forçado que, quanto mais duradouro, mais irá contribuir para a fixação do estigma de 'delinquente' no apenado; 4) condiciona a reincidência, em razão dos inúmeros fatores favoráveis à formação de 'carreiras criminosas'"* (e-STJ fls. 4/5).

Aduz que os arts. 83 do Código Penal e 131 a 146 da Lei de Execução Penal não reclamam a prévia permanência do apenado no regime intermédio para a concessão do livramento condicional.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão do livramento condicional.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Conforme relatado, o Juízo da execução, ao indeferir o benefício ao paciente considerou que *"deve o sentenciado passar primeiramente pelo regime intermediário, como prova de que irá absorver a terapia penal, para, posteriormente,*

*fazer jus a imediato livramento" (e-STJ fl. 71).*

O colegiado local manteve a decisão acima sob os seguintes fundamentos (e-STJ fls. 85/87):

*Ressalte-se que o agravante cumpre pena de 5 (cinco) anos, 1 (um) mês e 9 (nove) dias de reclusão, por roubo majorado e lesão corporal, cujo término é previsto para 2021. Além disso, cometeu uma falta disciplinar de natureza grave.*

*Nesse contexto, nada obstante a Lei não ter previsto a prévia passagem ao regime intermediário como pressuposto para o livramento condicional, impende-se analisar cada situação em concreto. O escopo é a verificação se o apenado demonstra estar inserido no processo da terapêutica penal, o que será feito por meio da sua manutenção no regime intermediário.*

*[...]*

*Firme em tais razões, considero ser medida de cautela no presente caso a manutenção do sentenciado em regime semiaberto a fim de se demonstrar que ele está absorvendo de maneira adequada a terapêutica penal ministrada, para depois fazer jus ao benefício do livramento condicional.*

*À vista do exposto, pelo meu voto, NEGÓ PROVIMENTO ao agravo de execução penal. (Grifei.)*

Como se vê, as instâncias ordinárias negaram a concessão do benefício do livramento condicional ao sentenciado por não ter vivenciado o regime semiaberto, o que não é obrigatório para a concessão do benefício, nos termos da jurisprudência desta Corte, o que se consubstancia em flagrante ilegalidade apta a ensejar o deferimento da liminar.

Nesse sentido:

*EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. LIVRAMENTO CONDICIONAL. INDEFERIMENTO. JUSTIFICAÇÃO UNICAMENTE NA NECESSIDADE DE ADAPTAÇÃO A UM REGIME MAIS LIBERAL, PARA, POSTERIORMENTE, AVENTURAR-SE A SENTENCIADA A DESFRUTAR DE MAIOR LIBERDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CONFIGURADO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.*

*1. O Supremo Tribunal Federal, por sua Primeira Turma, e a Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça, diante da utilização crescente e sucessiva do habeas corpus, passaram a restringir a sua admissibilidade quando o ato ilegal for passível de impugnação pela via recursal própria, sem olvidar a possibilidade de concessão da ordem, de ofício, nos casos de flagrante ilegalidade. Esse entendimento objetivou preservar a utilidade e a eficácia do*

*mandamus, que é o instrumento constitucional mais importante de proteção à liberdade individual do cidadão ameaçada por ato ilegal ou abuso de poder, garantindo a celeridade que o seu julgamento requer.*

***2. No caso concreto, foi indeferido o benefício do livramento condicional, tão somente em virtude da necessidade de se observar o comportamento da sentenciada durante o cumprimento da pena em regime semiaberto antes de lhe propiciar a liberdade condicional.***

***3. Sobre a matéria, a jurisprudência deste Tribunal consolidou entendimento no sentido de que não há obrigatoriedade de o(a) apenado(a) passar por regime intermediário para que obtenha o benefício do livramento condicional, ante a inexistência de previsão no art. 83 do Código Penal.***

***4. Habeas corpus não conhecido. Contudo, ordem concedida de ofício para determinar que, afastada a exigência do cumprimento da pena em regime semiaberto, o Juízo das Execuções Criminais reaprecie o pedido de livramento condicional da apenada, à luz dos requisitos legais e do comportamento carcerário. (HC 468.579/SP, relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 23/10/2018, DJe 31/10/2018, grifei.)***

***EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS IMPETRADO EM SUBSTITUIÇÃO A RECURSO PRÓPRIO. LIVRAMENTO CONDICIONAL. REQUISITOS SUBJETIVOS. GRAVIDADE DO DELITO. LONGA PENA A CUMPRIR. FALTA GRAVE ANTIGA. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. NECESSIDADE DE PASSAGEM POR REGIME INTERMEDIÁRIO. REQUISITO NÃO PREVISTO EM LEI. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CARACTERIZADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.***

***[...]***

***2. Nos termos do art. 83 do Código Penal, para a concessão do benefício do livramento condicional, deve o apenado preencher os requisitos de natureza objetiva (fração de cumprimento da pena) e subjetiva (comportamento satisfatório durante a execução da pena, bom desempenho no trabalho que lhe foi atribuído e aptidão para prover ao próprio sustento de maneira lícita).***

***3. A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça tem se manifestado no sentido de que a gravidade do delito, as faltas graves antigas, a longa pena a cumprir e a impossibilidade da chamada progressão per saltum de regime prisional não constituem fundamentos idôneos para o indeferimento do benefício do livramento condicional.***

***4. O Superior Tribunal de Justiça possui entendimento de que não há obrigatoriedade de o sentenciado passar por regime intermediário para que obtenha o benefício do livramento condicional, ante a inexistência de tal previsão no art. 83 do Código Penal.***

***5. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para***

*cassar as decisões das instâncias ordinárias e determinar que o Juiz da execução aprecie o pleito do benefício do livramento condicional, nos estritos termos da lei. (HC 384.838/SP, relator Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 04/04/2017, DJe 07/04/2017, grifei.)*

No entanto, em razão de o presente pedido liminar ter natureza satisfativa, mostra-se de rigor a constrição dos efeitos de seu deferimento, oportunizando-se às instâncias ordinárias nova análise do tema sob a óptica do entendimento desta Corte.

Ante o exposto, **defiro a liminar, em menor extensão**, para determinar que o Magistrado singular analise o pleito de livramento condicional nos termos da lei, afastada a necessidade de permanência em regime intermediário como óbice à concessão do livramento condicional.

Comunique-se, com urgência, ao Tribunal impetrado, encaminhando-lhe o inteiro teor da presente decisão.

Ressalte-se que deverá noticiar a esta Corte Superior qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto desta impetração.

Oportunamente, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de abril de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator